

O ACESSO DESIGUAL ÀS TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

UNEQUAL ACCESS TO DIGITAL TECHNOLOGIES IN PUBLIC SCHOOLS AND
ITS CONSEQUENCES FOR THE TEACHING-LEARNING PROCESS

Ciências Humanas • 27/03/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/774591193](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/774591193)

Paulo Roberto Diniz de Oliveira¹

Maria José Ribeiro Diniz²

RESUMO

O presente artigo analisa o acesso desigual às tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras e suas consequências para o processo de ensino-aprendizagem. Em uma sociedade cada vez mais mediada pelas tecnologias da informação e comunicação, o acesso a esses recursos torna-se fundamental para a construção do conhecimento e para a garantia de uma educação de qualidade. No entanto, observa-se que grande parte das escolas públicas enfrenta limitações relacionadas à infraestrutura tecnológica, acesso à internet e formação docente, o que evidencia um cenário de desigualdade digital. Essa desigualdade impacta diretamente o desempenho escolar dos estudantes, contribuindo para o aumento da evasão, a limitação no desenvolvimento de competências digitais e o aprofundamento das desigualdades sociais. Além disso, a pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais essas fragilidades, ao expor a dificuldade de muitos alunos em acompanhar o ensino remoto. Diante desse contexto, o estudo destaca a importância das políticas públicas voltadas à inclusão digital, bem como a necessidade de investimentos em infraestrutura, formação de professores e ações integradas que promovam a equidade educacional. Ressalta-se também o papel do Serviço Social na mediação das desigualdades e na garantia do acesso aos direitos educacionais. Conclui-se que a democratização do acesso às tecnologias digitais é essencial para a construção de uma educação mais inclusiva, justa e alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: desigualdade digital; educação pública; inclusão digital; ensino-aprendizagem; políticas públicas.

ABSTRACT

This article analyzes the unequal access to digital technologies in

Brazilian public schools and its consequences for the teaching-learning process. In a society increasingly mediated by information and communication technologies, access to these resources has become essential for knowledge construction and for ensuring quality education. However, it is observed that many public schools face limitations related to technological infrastructure, internet access, and teacher training, revealing a scenario of digital inequality. This inequality directly impacts students' academic performance, contributing to increased school dropout rates, limited development of digital skills, and the deepening of social inequalities. Furthermore, the COVID-19 pandemic highlighted these challenges even more, exposing the difficulties faced by many students in following remote learning due to lack of access to digital resources. In this context, the study emphasizes the importance of public policies aimed at digital inclusion, as well as the need for investments in infrastructure, teacher training, and integrated actions that promote educational equity. It also highlights the role of Social Work in mediating inequalities and ensuring access to educational rights. It is concluded that democratizing access to digital technologies is essential for building a more inclusive, fair, and modern education system aligned with contemporary societal demands.

Keywords: Digital Inequality; Public Education; Digital Inclusion; Teaching-Learning Process; Public Policies.

Introdução

A sociedade contemporânea é profundamente marcada pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs), que passaram a desempenhar papel central na produção, circulação e democratização do conhecimento. Esse processo, intensificado a

partir das últimas décadas, vem transformando significativamente as relações sociais, econômicas e educacionais. Segundo Castells (1999), “a revolução tecnológica está transformando a base material da sociedade”, evidenciando que as tecnologias digitais não apenas influenciam, mas reconfiguram os modos de viver, aprender e se relacionar.

No campo educacional, essa transformação se manifesta na incorporação de ferramentas digitais ao processo de ensino-aprendizagem, ampliando possibilidades pedagógicas, diversificando metodologias e favorecendo o acesso a conteúdos de forma mais dinâmica e interativa. Plataformas digitais, ambientes virtuais de aprendizagem, recursos multimídia e redes de informação passaram a integrar o cotidiano escolar, exigindo novas competências tanto de estudantes quanto de educadores. Nesse sentido, Kenski (2012) destaca que as tecnologias ampliam as formas de ensinar e aprender, tornando o processo educacional mais flexível e adaptado às demandas contemporâneas.

Entretanto, apesar desse avanço tecnológico, o acesso às TICs não ocorre de maneira equitativa entre todos os segmentos da população. No Brasil, essa desigualdade é particularmente evidente no sistema educacional, sobretudo nas escolas públicas. Enquanto instituições privadas, em muitos casos, dispõem de infraestrutura tecnológica adequada, com acesso à internet de qualidade, equipamentos modernos e formação continuada para professores, grande parte das escolas públicas enfrenta limitações estruturais significativas.

Essa realidade evidencia a chamada desigualdade digital, que vai além da simples ausência de equipamentos, envolvendo também

dificuldades de acesso à internet, falta de capacitação tecnológica e limitações no uso pedagógico das ferramentas digitais. De acordo com Sorj (2003), a exclusão digital não se restringe ao acesso físico aos dispositivos, mas inclui também a capacidade de utilizá-los de forma crítica e produtiva. Dessa forma, a desigualdade digital se configura como uma expressão das desigualdades sociais mais amplas, afetando diretamente as oportunidades educacionais.

O cenário tornou-se ainda mais evidente durante a pandemia de COVID-19, quando a adoção do ensino remoto emergencial expôs de forma contundente as fragilidades do sistema público de ensino. Milhares de estudantes ficaram impossibilitados de acompanhar as atividades escolares devido à falta de acesso à internet ou de dispositivos adequados, o que contribuiu para o aumento da evasão escolar, a defasagem na aprendizagem e o aprofundamento das desigualdades educacionais.

Nesse contexto, o acesso às tecnologias digitais torna-se não apenas uma ferramenta pedagógica, mas um elemento essencial para a garantia do direito à educação de qualidade. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado, o que implica a necessidade de assegurar condições adequadas para o desenvolvimento pleno dos estudantes. Assim, a exclusão digital nas escolas públicas representa uma violação indireta desse direito, ao limitar o acesso ao conhecimento e às oportunidades de aprendizagem.

Além disso, é importante considerar que a ausência de inclusão digital compromete não apenas o desempenho escolar imediato, mas também a formação integral dos estudantes. Em uma sociedade cada vez mais digitalizada, o domínio das tecnologias

tornou-se requisito fundamental para a inserção no mercado de trabalho, para o exercício da cidadania e para a participação social. Dessa forma, a desigualdade digital contribui para a reprodução das desigualdades sociais, perpetuando ciclos de exclusão.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível refletir sobre o papel das políticas públicas na promoção da inclusão digital no ambiente escolar. Investimentos em infraestrutura, acesso à internet de qualidade, distribuição de equipamentos e formação continuada de professores são medidas fundamentais para reduzir as desigualdades existentes. Nesse processo, destaca-se também a atuação de profissionais comprometidos com a garantia de direitos, como os assistentes sociais, que podem contribuir na identificação das vulnerabilidades e na articulação de estratégias de enfrentamento.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar o acesso desigual às tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras e suas consequências para o processo de ensino-aprendizagem. Busca-se compreender de que forma essa desigualdade impacta o desempenho educacional e discutir possíveis caminhos para a construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

Desigualdade Digital Nas Escolas Públicas

A desigualdade digital refere-se à disparidade no acesso, uso e domínio das tecnologias digitais entre diferentes grupos sociais, configurando-se como uma das principais expressões das desigualdades contemporâneas. Em uma sociedade cada vez mais mediada por tecnologias, o acesso às ferramentas digitais tornou-se

fundamental não apenas para a comunicação, mas também para o acesso à informação, à educação e às oportunidades de desenvolvimento social e econômico.

De acordo com Sorj (2003), “a exclusão digital não se limita ao acesso aos equipamentos, mas envolve também a capacidade de utilizá-los de forma eficaz”, o que evidencia que a desigualdade digital é um fenômeno multidimensional. Não se trata apenas da ausência de computadores ou acesso à internet, mas também da falta de habilidades digitais, de letramento tecnológico e de condições adequadas para o uso dessas ferramentas no cotidiano.

No contexto educacional brasileiro, essa desigualdade se manifesta de forma significativa nas escolas públicas. Muitas dessas instituições enfrentam limitações estruturais que comprometem a inserção efetiva das tecnologias no processo pedagógico. A ausência de laboratórios de informática adequados, a escassez de equipamentos atualizados e a precariedade da conexão à internet são problemas recorrentes que dificultam a implementação de práticas educativas mediadas por tecnologias.

Além disso, a distribuição desigual de recursos entre as escolas públicas e privadas reforça ainda mais essa disparidade. Enquanto escolas privadas, em geral, contam com infraestrutura tecnológica mais avançada e acesso facilitado às inovações digitais, grande parte das escolas públicas opera em condições insuficientes para acompanhar as demandas da educação contemporânea. Essa realidade evidencia o aprofundamento das desigualdades educacionais, colocando estudantes da rede pública em desvantagem no processo de aprendizagem.

Outro fator relevante refere-se ao acesso desigual dos estudantes às tecnologias fora do ambiente escolar. Muitos alunos da rede pública não possuem computadores, tablets ou acesso à internet em suas residências, o que limita significativamente a continuidade dos estudos fora da escola. Segundo dados de pesquisas nacionais sobre acesso à internet, há uma relação direta entre renda familiar e acesso às tecnologias digitais, evidenciando que a exclusão digital está intrinsecamente ligada às desigualdades socioeconômicas.

Nesse sentido, a desigualdade digital nas escolas públicas não pode ser analisada isoladamente, mas deve ser compreendida como parte de um contexto mais amplo de desigualdade social. Conforme Castells (1999), a sociedade em rede tende a incluir aqueles que possuem acesso às tecnologias e excluir aqueles que não têm, criando novas formas de marginalização. Assim, a exclusão digital passa a ser também uma forma de exclusão social.

Outro aspecto central dessa discussão é a formação dos professores. A presença de tecnologias no ambiente escolar, por si só, não garante sua utilização eficaz no processo de ensino-aprendizagem. É fundamental que os educadores estejam preparados para integrar essas ferramentas às práticas pedagógicas de forma crítica e significativa. Segundo Moran (2015), “a integração das tecnologias na educação exige não apenas infraestrutura, mas também formação adequada dos educadores”, destacando a importância da capacitação docente.

Entretanto, muitos professores da rede pública não tiveram acesso a formação continuada voltada para o uso pedagógico das tecnologias digitais. Essa lacuna formativa dificulta a incorporação dessas ferramentas no cotidiano escolar, limitando seu potencial

como recurso educativo. Além disso, a falta de apoio institucional e de políticas de formação docente contribui para a perpetuação desse cenário.

A pandemia de COVID-19 evidenciou de forma ainda mais contundente a desigualdade digital nas escolas públicas. Com a necessidade de adoção do ensino remoto emergencial, ficou claro que grande parte dos estudantes não possuía condições de acompanhar as atividades escolares de forma adequada. A falta de acesso à internet, a ausência de dispositivos tecnológicos e a dificuldade de adaptação ao ensino remoto contribuíram para o aumento da evasão escolar e da defasagem na aprendizagem.

De acordo com Kenski (2012), “as tecnologias ampliam as possibilidades de ensino e aprendizagem”, porém, quando não estão acessíveis a todos, acabam aprofundando as desigualdades existentes. Nesse sentido, a ausência de inclusão digital não apenas limita o acesso ao conhecimento, mas também compromete o desenvolvimento de competências essenciais para a vida em sociedade.

Além disso, a desigualdade digital impacta diretamente o desenvolvimento do letramento digital, entendido como a capacidade de utilizar as tecnologias de forma crítica, ética e produtiva. Em uma sociedade cada vez mais digitalizada, essa competência torna-se fundamental para a participação cidadã e para a inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, a exclusão digital nas escolas públicas contribui para a reprodução de desigualdades estruturais, dificultando a mobilidade social.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a desigualdade digital nas escolas públicas é um problema complexo que envolve fatores estruturais, sociais e educacionais. Seu enfrentamento exige ações articuladas entre diferentes esferas do poder público, investimentos em infraestrutura, ampliação do acesso à internet, distribuição de equipamentos e fortalecimento da formação docente.

Portanto, compreender a desigualdade digital no contexto das escolas públicas é fundamental para a construção de políticas educacionais mais inclusivas e equitativas. Somente por meio da democratização do acesso às tecnologias digitais será possível promover uma educação de qualidade, capaz de atender às demandas da sociedade contemporânea e reduzir as desigualdades educacionais existentes.

Conseqüências Para o Processo De Ensino-Aprendizagem

O acesso desigual às tecnologias digitais configura-se como um dos principais fatores que impactam negativamente o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas brasileiras. Em um contexto educacional cada vez mais mediado por recursos tecnológicos, a ausência ou limitação desses meios compromete significativamente a qualidade da aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

Entre as principais conseqüências dessa desigualdade, destaca-se, inicialmente, a dificuldade de acesso a conteúdos digitais, que atualmente constituem importante suporte pedagógico. Plataformas educacionais, videoaulas, bibliotecas virtuais e ambientes digitais de aprendizagem tornaram-se ferramentas essenciais para a construção do conhecimento. No entanto,

estudantes que não possuem acesso a dispositivos tecnológicos ou à internet ficam à margem dessas oportunidades, o que compromete seu desempenho escolar.

Nesse sentido, observa-se também o baixo rendimento acadêmico como uma consequência direta da exclusão digital. A impossibilidade de acompanhar atividades online, realizar pesquisas ou interagir com recursos digitais limita o processo de aprendizagem e dificulta a assimilação dos conteúdos. Como afirma Kenski (2012, p. 103), “as tecnologias ampliam as possibilidades de ensino, mas sua ausência pode restringir significativamente a aprendizagem”, evidenciando que a falta de acesso aos meios digitais representa um obstáculo concreto ao desenvolvimento educacional.

Além disso, a desigualdade digital contribui para o aumento da evasão escolar, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Estudantes que não conseguem acompanhar o ritmo das atividades escolares, por falta de recursos tecnológicos, tendem a se desmotivar, o que pode levar ao abandono da escola. Esse fenômeno reforça as desigualdades educacionais e compromete o direito à educação.

Outro impacto relevante diz respeito à ampliação das desigualdades sociais. A escola, que deveria atuar como instrumento de inclusão e mobilidade social, acaba, nesse cenário, reproduzindo desigualdades existentes. Estudantes com maior acesso a tecnologias desenvolvem competências mais avançadas, enquanto aqueles em situação de exclusão digital permanecem em desvantagem, perpetuando ciclos de desigualdade.

A limitação no desenvolvimento de competências digitais também merece destaque. Em uma sociedade cada vez mais informatizada, o domínio das tecnologias é essencial para a participação social e para a inserção no mercado de trabalho. A ausência desse aprendizado compromete não apenas a formação escolar, mas também as oportunidades futuras dos estudantes.

A pandemia de COVID-19 evidenciou de forma ainda mais contundente essas desigualdades. Com a adoção do ensino remoto emergencial, tornou-se evidente que uma parcela significativa dos estudantes da rede pública não possuía condições adequadas para acompanhar as atividades escolares. A falta de acesso à internet, a inexistência de dispositivos tecnológicos e a ausência de um ambiente propício ao estudo agravaram ainda mais o cenário educacional.

Nesse contexto, é importante destacar a seguinte reflexão:

“As tecnologias digitais ampliam as possibilidades de ensino e aprendizagem, permitindo novas formas de interação, acesso à informação e construção do conhecimento. No entanto, quando o acesso a esses recursos não é universalizado, elas acabam por reforçar desigualdades já existentes, limitando as oportunidades educacionais de grupos socialmente vulneráveis” (KENSKI, 2012, p. 105).

Dessa forma, percebe-se que o acesso desigual às tecnologias digitais não apenas compromete o processo de ensino-aprendizagem, mas também contribui para o aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais. Torna-se, portanto, fundamental a implementação de políticas públicas que garantam a

inclusão digital, assegurando que todos os estudantes tenham acesso às ferramentas necessárias para uma educação de qualidade.

Diante desse cenário, torna-se evidente que os impactos da desigualdade digital no processo de ensino-aprendizagem não se limitam ao contexto imediato da sala de aula, mas se estendem para dimensões mais amplas da formação humana e social dos estudantes. A ausência de acesso às tecnologias digitais compromete o desenvolvimento de habilidades essenciais, como a autonomia na aprendizagem, o pensamento crítico e a capacidade de buscar, selecionar e interpretar informações.

Além disso, o ambiente educacional contemporâneo exige cada vez mais a integração entre ensino e tecnologia, não apenas como ferramenta complementar, mas como elemento estruturante das práticas pedagógicas. Nesse sentido, a exclusão digital impede que os estudantes da rede pública acompanhem as transformações educacionais, colocando-os em desvantagem em relação a outros grupos sociais que possuem acesso contínuo e qualificado às tecnologias.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre desigualdade digital e desigualdade educacional histórica no Brasil. A precarização do acesso às tecnologias nas escolas públicas não é um fenômeno isolado, mas está diretamente relacionada a processos estruturais de desigualdade social, econômica e política. Dessa forma, a exclusão digital atua como um mecanismo de reprodução dessas desigualdades, dificultando a construção de uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva.

Segundo Castells (1999), a sociedade em rede tende a reorganizar as relações sociais a partir do acesso à informação, criando novos padrões de inclusão e exclusão. Nesse contexto, aqueles que não possuem acesso às tecnologias digitais ficam à margem dos processos de desenvolvimento social, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão digital como estratégia de justiça social.

Outro ponto que merece destaque é o impacto da desigualdade digital na relação entre professores e estudantes. A ausência de recursos tecnológicos limita as possibilidades pedagógicas, reduzindo a diversidade de metodologias de ensino e dificultando a construção de um aprendizado mais dinâmico e interativo. Além disso, professores que não possuem formação adequada para o uso das tecnologias enfrentam dificuldades na adaptação às novas demandas educacionais, o que compromete a qualidade do ensino.

De acordo com Moran (2015), o uso das tecnologias na educação deve ser orientado por práticas pedagógicas inovadoras, que promovam a participação ativa dos estudantes e a construção colaborativa do conhecimento. No entanto, sem infraestrutura adequada e formação docente, essas possibilidades tornam-se limitadas, restringindo o potencial transformador das tecnologias no ambiente escolar.

Ademais, é importante considerar que a desigualdade digital também afeta o engajamento dos estudantes no processo educativo. A falta de acesso a recursos digitais pode gerar desmotivação, sentimento de exclusão e dificuldades de acompanhamento das atividades escolares. Esse cenário contribui

para o distanciamento entre o estudante e a escola, enfraquecendo o vínculo educacional e aumentando os riscos de abandono escolar.

Outro elemento central nessa discussão é o papel da escola como espaço de inclusão social. Em um contexto de desigualdade digital, a escola pública deveria atuar como um ambiente de democratização do acesso às tecnologias, oferecendo aos estudantes condições adequadas para o desenvolvimento de competências digitais. No entanto, quando essa função não é cumprida, a escola deixa de exercer plenamente seu papel social, contribuindo para a manutenção das desigualdades.

Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer que a inclusão digital é parte integrante do direito à educação. Não se trata apenas de disponibilizar equipamentos ou acesso à internet, mas de garantir condições efetivas para que os estudantes possam utilizar as tecnologias de forma crítica, criativa e significativa. Isso implica investimentos em infraestrutura, formação de professores e desenvolvimento de políticas educacionais que considerem as especificidades da realidade das escolas públicas.

Diante disso, é possível afirmar que a superação da desigualdade digital no contexto educacional exige uma abordagem integrada, que envolva diferentes atores sociais, incluindo o Estado, a escola, a família e a sociedade civil. Somente por meio de ações articuladas será possível promover uma educação mais equitativa, capaz de reduzir as desigualdades e ampliar as oportunidades de aprendizagem.

Portanto, compreender as consequências da desigualdade digital para o processo de ensino-aprendizagem é essencial para a

construção de estratégias que visem à inclusão educacional e à garantia do direito à educação de qualidade. Trata-se de um desafio contemporâneo que demanda compromisso político, investimento público e atuação profissional qualificada, especialmente no âmbito das políticas sociais e educacionais.

Políticas Públicas E Inclusão Digital Na Educação Pública

A desigualdade digital nas escolas públicas brasileiras evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à inclusão digital. Em um contexto em que as tecnologias da informação e comunicação assumem papel central no processo educacional, torna-se imprescindível que o Estado atue de forma efetiva na garantia de acesso equitativo aos recursos tecnológicos.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Nesse sentido, a inclusão digital passa a ser compreendida como um elemento essencial para a efetivação desse direito, uma vez que o acesso às tecnologias está diretamente relacionado às oportunidades de aprendizagem.

No entanto, observa-se que as políticas públicas voltadas à inclusão digital ainda enfrentam desafios significativos, especialmente no que se refere à sua implementação e continuidade. Programas governamentais que visam à distribuição de equipamentos, ampliação do acesso à internet e formação de professores muitas vezes não alcançam todas as escolas ou são interrompidos, comprometendo seus resultados a longo prazo.

De acordo com Bonilla e Pretto (2015), a inclusão digital deve ser entendida não apenas como o acesso às tecnologias, mas como a capacidade de utilizá-las de forma crítica e transformadora. Isso implica a necessidade de políticas públicas que considerem não apenas a infraestrutura tecnológica, mas também a formação dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

Além disso, é fundamental que essas políticas sejam articuladas com outras áreas sociais, como assistência social e desenvolvimento comunitário, uma vez que a desigualdade digital está diretamente relacionada às condições socioeconômicas das famílias. Nesse contexto, o Serviço Social desempenha um papel importante na identificação das demandas sociais e na mediação entre os sujeitos e as políticas públicas.

O assistente social, inserido no ambiente escolar, pode contribuir para o enfrentamento da desigualdade digital ao identificar situações de vulnerabilidade, orientar famílias sobre acesso a programas sociais e articular redes de apoio que possibilitem a inclusão dos estudantes no ambiente digital. Conforme Yamamoto (2007), o Serviço Social atua na mediação das expressões da questão social, buscando a garantia de direitos e a promoção da cidadania.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de investimento contínuo em infraestrutura tecnológica nas escolas públicas. A disponibilização de laboratórios de informática, acesso à internet de qualidade e manutenção dos equipamentos são condições básicas para a integração das tecnologias ao processo educativo. Sem esses recursos, qualquer tentativa de inclusão digital torna-se limitada e insuficiente.

Além disso, a formação continuada dos professores deve ser considerada prioridade nas políticas públicas educacionais. A utilização eficaz das tecnologias no ensino depende da capacitação dos educadores, que precisam estar preparados para desenvolver práticas pedagógicas inovadoras e adaptadas às novas demandas educacionais. Segundo Moran (2015), a inovação na educação está diretamente relacionada à capacidade dos professores de integrar tecnologias de forma significativa ao processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, a construção de políticas públicas eficazes de inclusão digital requer uma abordagem integrada, que envolva investimentos estruturais, formação profissional e ações sociais articuladas. Somente assim será possível reduzir as desigualdades existentes e promover uma educação mais inclusiva, democrática e alinhada às exigências da sociedade contemporânea.

Nesse contexto, é importante destacar que a efetividade das políticas públicas de inclusão digital depende não apenas de sua formulação, mas também da sua implementação e monitoramento contínuo. Muitas iniciativas governamentais são criadas com o objetivo de reduzir as desigualdades no acesso às tecnologias, porém enfrentam limitações relacionadas à falta de recursos, descontinuidade administrativa e ausência de acompanhamento adequado.

Além disso, a desigualdade regional no Brasil agrava ainda mais esse cenário. Escolas localizadas em áreas rurais ou em regiões mais vulneráveis tendem a enfrentar maiores dificuldades no acesso à internet e à infraestrutura tecnológica, o que amplia a disparidade entre diferentes contextos educacionais. Essa realidade reforça a

necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades territoriais e sociais, garantindo maior equidade na distribuição dos recursos.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de promover o letramento digital, não apenas entre os estudantes, mas também entre professores e a comunidade escolar como um todo. O letramento digital vai além do simples uso das tecnologias, envolvendo a capacidade de interpretar, produzir e compartilhar informações de forma crítica e responsável no ambiente digital. Nesse sentido, a escola assume um papel fundamental na formação de sujeitos capazes de atuar de forma consciente na sociedade da informação.

De acordo com Bonilla e Pretto (2015, p. 45),

“a inclusão digital deve ser compreendida como um processo que envolve não apenas o acesso às tecnologias, mas a apropriação crítica e criativa dessas ferramentas, possibilitando a participação ativa dos sujeitos na cultura digital”.

Essa perspectiva reforça a ideia de que a inclusão digital está diretamente relacionada à formação cidadã e à democratização do conhecimento. Portanto, políticas públicas eficazes devem contemplar ações educativas que promovam o uso crítico das tecnologias, evitando que a inclusão digital se restrinja a uma dimensão meramente instrumental.

Ademais, é fundamental considerar o papel das parcerias entre o setor público e a iniciativa privada no fortalecimento das políticas de inclusão digital. Projetos que envolvem a doação de equipamentos, a ampliação da conectividade e o desenvolvimento de plataformas educacionais podem contribuir significativamente para a redução das desigualdades. No entanto, essas parcerias devem ser cuidadosamente planejadas para garantir que atendam aos interesses públicos e promovam, de fato, a equidade educacional.

Outro ponto que merece destaque é a necessidade de integrar a inclusão digital ao projeto político-pedagógico das escolas. A utilização das tecnologias deve estar alinhada aos objetivos educacionais, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. Isso implica repensar o papel da escola e do professor no processo de ensino-aprendizagem, valorizando metodologias que incentivem a participação ativa dos estudantes.

Por fim, torna-se evidente que a superação da desigualdade digital nas escolas públicas exige um compromisso coletivo, envolvendo diferentes atores sociais. O Estado, enquanto principal responsável pela garantia dos direitos sociais, deve assegurar investimentos contínuos e políticas eficazes. A escola, por sua vez, deve promover práticas pedagógicas inclusivas, enquanto a sociedade civil pode contribuir por meio de iniciativas que ampliem o acesso às tecnologias.

Dessa forma, a inclusão digital deve ser compreendida como um elemento estratégico para a promoção da justiça social e para a construção de uma educação mais equitativa. Somente por meio de ações articuladas e comprometidas será possível reduzir as

desigualdades existentes e garantir que todos os estudantes tenham acesso às oportunidades proporcionadas pelas tecnologias digitais.

Conclusão

A análise do acesso desigual às tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras evidencia que a exclusão digital não é apenas um problema técnico ou estrutural, mas uma expressão concreta das desigualdades sociais historicamente construídas no país. Em um contexto em que as tecnologias assumem papel central na produção do conhecimento e no processo de ensino-aprendizagem, a ausência ou limitação desse acesso compromete diretamente o direito à educação de qualidade.

Ao longo deste estudo, foi possível identificar que a desigualdade digital impacta significativamente o desempenho escolar, amplia a evasão, limita o desenvolvimento de competências essenciais e reforça a exclusão social. Dessa forma, a escola pública, que deveria atuar como espaço de inclusão e transformação social, acaba, muitas vezes, reproduzindo as desigualdades existentes, especialmente quando não dispõe de condições adequadas para integrar as tecnologias ao processo educativo.

Nesse sentido, como destaca Castells (1999), a sociedade em rede redefine as formas de inclusão e exclusão social, tornando o acesso à informação um elemento central para a participação social. Assim, a exclusão digital passa a representar uma nova forma de marginalização, na qual aqueles que não têm acesso às tecnologias permanecem à margem das oportunidades educacionais, profissionais e sociais.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que o enfrentamento da desigualdade digital seja assumido como prioridade nas políticas públicas educacionais. Não se trata apenas de garantir o acesso a equipamentos e à internet, mas de promover uma inclusão digital efetiva, que envolva formação docente, desenvolvimento de competências digitais e integração das tecnologias às práticas pedagógicas de forma crítica e significativa.

Além disso, é fundamental reconhecer o papel estratégico da escola pública como agente de democratização do acesso ao conhecimento. Para isso, é necessário fortalecer investimentos em infraestrutura, assegurar condições de uso adequado das tecnologias e promover a formação continuada dos profissionais da educação. Paralelamente, a atuação do Serviço Social mostra-se essencial na identificação das vulnerabilidades sociais e na articulação de estratégias que garantam o acesso dos estudantes às políticas públicas.

Portanto, a superação da desigualdade digital nas escolas públicas exige um compromisso coletivo e contínuo, envolvendo o Estado, a escola e a sociedade. Somente por meio de ações integradas e efetivas será possível construir uma educação mais justa, inclusiva e alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

Conclui-se, assim, que garantir o acesso equitativo às tecnologias digitais não é apenas uma necessidade educacional, mas uma condição fundamental para a promoção da cidadania, da justiça social e da igualdade de oportunidades. Ignorar essa realidade significa perpetuar desigualdades; enfrentá-la, por outro lado, representa um passo decisivo na construção de um futuro mais inclusivo e democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2015.

SORJ, Bernardo. **A inclusão digital e a exclusão social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

¹ Mestrando em ciências da educação. Instituição: Faculdade de Ciências Sociais Interamericana (FICS). Endereço: Calle de

laAmistadCasiRosario, 777, Asunción, Paraguay. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestranda em ciências da educação. Instituição: Christian Business School. Endereço: 40 rue Alexandre Dumas, Paris (Arrondissement de Paris). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)